

Crise do Master expõe encruzilhada institucional

Caso envolve Banco Central, STF, Congresso, governo do DF e amplia cerco

Por Beatriz Matos

A crise do Banco Master deixou de ser apenas um escândalo financeiro. O caso passou a operar em outra escala: a institucional. Hoje, envolve o Congresso Nacional, ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), o governador do Distrito Federal (DF), dirigentes do Banco Central (BC) e lideranças partidárias.

Na avaliação de interlocutores do sistema financeiro e político, poucas crises recentes conseguiram atravessar, ao mesmo tempo, o sistema financeiro, os órgãos de controle, o Judiciário e o núcleo político da República.

A dimensão do caso se ampliou ainda mais nesta sexta-feira (23), com o protocolo de pedidos de impeachment contra o governador do DF, Ibaneis Rocha (MDB), após o depoimento do banqueiro Daniel Vercaro à Polícia Federal (PF). A oposição sustenta que as negociações entre o Banco de Brasília (BRB) e o Banco Master expuseram recursos públicos a riscos bilionários e foram conduzidas de forma temerária.

Expansão

Fundado nos anos 1970 como Corretora Máxima, o Banco Master passou por uma transformação acelerada a partir de 2018, quando Daniel Vercaro assumiu o controle da instituição. Em poucos anos, o banco registrou crescimento exponencial, impulsionado por captações agressivas via CDBs (Certificados de Depósitos Bancários) com garantia do Fundo Garantidor de Créditos (FGC), elevando ativos, patrimônio e lucros em ritmo muito superior ao observado no sistema financeiro tradicional.

A velocidade da expansão passou a levantar questionamentos sobre governança, qualidade dos ativos e sustentabilidade do modelo, especialmente no contexto das negociações com o BRB.

BRB

Ao longo de 2024 e 2025, o Banco de Brasília tentou adquirir uma fatia relevante do Banco Master. Em março de 2025, o conselho do BRB aprovou a compra de 58% do capital da instituição por cerca de R\$ 2 bilhões. A operação contou com apoio público do governador Ibaneis Rocha. O GDF é o acionista controlador do banco público.

Apesar dos avisos políticos e da aprovação pelo Conselho Admi-



Joedson Alves/Agência Brasil

Negócio do Master com o BRB é ponto central da crise



Agência Brasil

Pedido de impeachment de Ibaneis foi protocolado

nistrativo de Defesa Econômico (Cade) e pela Câmara Legislativa do DF (CLDF), o Banco Central barrou a transação em setembro de 2025, apontando dúvidas sobre a viabilidade econômico-financeira do negócio.

Mensagens

As investigações revelaram que o Banco Master recebeu ajuda direta para escoar carteiras de crédito posteriormente consideradas fraudulentas. O diretor de Fiscalização do Banco Central, Ailton Aquino, enviou mensagens ao então presidente do BRB, Paulo Henrique Costa, pedindo que o banco adquirisse créditos do Master para aliviar a crise de liquidez da instituição privada.

Segundo apurações, o BRB transferiu R\$ 16,7 bilhões ao Master entre julho de 2024 e outubro de 2025. Desse total, R\$ 12,2 bilhões referem-se a contratos de crédito falsifi-

cados, segundo a PF. Mesmo após a troca de garantias, o Banco Central comunicou ao BRB a necessidade de uma capitalização de R\$ 4 bilhões, ainda sem definição sobre como será realizada.

Liquidação

Em novembro de 2025, o Banco Central decretou a liquidação extrajudicial do Banco Master, um dia após a deflagração da Operação Compliance Zero, que resultou na prisão de Daniel Vercaro e de outros executivos. A decisão foi assinada pelo presidente do BC, Gabriel Galípolo, e inviabilizou qualquer tentativa de venda da instituição.

O impacto é histórico. A quebra do Master representa o maior acionamento do Fundo Garantidor de Créditos já registrado, com cerca de R\$ 41 bilhões em CDBs elegíveis e aproximadamente 1,6 milhão de investidores afetados.

Governo do DF

Em depoimento à Polícia Federal, Vercaro afirmou que manteve encontros institucionais com o governador Ibaneis Rocha entre 2024 e 2025 para tratar da tentativa de venda do banco ao BRB. Os encontros teriam ocorrido em residências, inclusive na casa do governador.

Ibaneis nega ter tratado da operação. Disse que os encontros foram sociais e que toda a negociação ficou a cargo do então presidente do BRB, Paulo Henrique Costa, demitido após o avanço das investigações.

Mesmo assim, os partidos PSB, Cidadania e PSOL protocolaram pedidos de impeachment contra o governador Ibaneis alegando crimes de responsabilidade, improbidade administrativa, gestão temerária e risco ao erário. A primeira decisão sobre a tramitação cabe ao presidente da Câmara Legislativa do DF, Wellington Luiz (MDB), aliado do governador.

Master entre poderes

A crise também alcançou o Congresso Nacional. Uma emenda do deputado Hugo Motta (Republicanos-PB), aprovada em 2024, que obriga seguradoras e fundos de previdência a investirem em créditos de carbono, foi judicializada e está sob análise do STF. Autoridades apuram possível relação entre a emenda e interesses ligados à família Vercaro, que passou a atuar no setor. O episódio reforça suspeitas sobre a construção de uma rede de alianças políticas em torno do banco.

No Supremo Tribunal Federal, o caso ganhou contornos sensíveis. O ministro Dias Toffoli assumiu a relatoria de recursos ligados às investigações após determinar a transferência do inquérito para o STF e impor sigilo aos autos. Episódios paralelos, como viagens e contratos advocatícios ligados ao entorno do banco, ampliaram o desgaste institucional.

Politização

Para a advogada Daniela Poli Vlavianos, sócia do Poli Advogados e Associados, o caso ultrapassou o plano técnico.

“No caso do Banco Master, as decisões deixam de se situar exclusivamente no plano técnico a partir do momento em que atos típicos de supervisão prudencial e de resolução bancária passam a produzir efeitos externos relevantes, capazes de gerar repercussões políticas diretas.”

Segundo ela, a multiplicação de frentes de apuração altera a dinâmica do processo. “A presença de agentes políticos no entorno do caso não altera, do ponto de vista jurídico, o dever institucional de atuação técnica dos órgãos responsáveis, mas influencia de forma concreta o ritmo e a forma de condução das apurações.”

Já o advogado Gustavo Rabello, sócio da área de mercado de capitais do SouzaOkawa, avalia que o episódio não caracteriza uma falha estrutural do sistema financeiro.

“Eu tenderia a classificá-lo muito mais como um episódio fora da curva do que como um sintoma estrutural do sistema financeiro brasileiro.” Ele ressalta que o modelo brasileiro de supervisão evitou o contágio sistêmico. “O sistema bancário absorve parte do custo por meio do Fundo Garantidor de Créditos, o que é exatamente a sua função: conter riscos sistêmicos e preservar a confiança do público.”